

# Fundo vai acabar com elitismo, diz ministro

*Paulo Renato Souza afirma que aprovação de projeto em primeira votação na Câmara dos Deputados deverá apressar processo de municipalização do ensino*

SÔNIA CRISTINA SILVA

**B**RASÍLIA — O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, disse que a criação do fundo de financiamento para o 1º grau vai apressar o processo de municipalização do ensino. Com a nova sistemática, a redistribuição das verbas destinadas ao ensino fundamental será condicionada ao número de alunos existentes em cada município.

“O fundo vai acabar com o elitismo nos municípios que têm poucos alunos e, por esse motivo, supostamente aplicam mais do que o mínimo de R\$ 300 sugerido pelo governo”, sustentou o ministro. Segundo Paulo Renato, principalmente nas capitais, excluindo o Rio de Janeiro, e nas grandes cidades do Centro-Sul, a aplicação no ensino fundamental supera R\$ 300 porque esses municípios ainda não assimilaram a demanda de alunos.

“A partir da criação do fundo, o município precisa ter mais alunos para aumentar sua participação na arrecadação”, explicou o ministro.

O ministro refutou as críticas segundo as quais os municípios que hoje superam a expectativa de investimento no ensino fundamental reduzirão a qualidade oferecida. “Não estamos prejudicando quem faz um ensino de boa qualidade, pois esses aplicarão mais para manter o padrão”, sustentou Paulo Renato.

**Votação** — A criação do fundo depende de mais uma votação no plenário da Câmara e duas votações no Senado. O governo quer alterar a Constituição, que atualmente determina a aplicação por Estados e municípios de

suas receitas líquidas no ensino, sem detalhar os níveis. A proposta de emenda constitucional, aprovada nesta quarta-feira na Câmara, em primeiro turno, determina que 15% da receita líquida (dos Fundo de Participação dos Estados e Municípios, ICMS e Fundo de Exportação) sejam aplicados especificamente no ensino fundamental e 60% desse percentual seja destinado à valorização do salário do professor.

As verbas arrecadadas pelo fundo serão repassadas automaticamente a Estados e municípios conforme o número de alunos. A expectativa é que o fundo assegure a vinculação de R\$ 12 bilhões anuais.

**Orçamento** — A participação do governo federal se restringirá a complementar deficiências orçamentárias de localidades que

não consigam atingir o mínimo de aplicação de R\$ 300 por aluno ao ano. A estimativa é de aplicação de R\$ 870 milhões de recursos federais e é certo que a maioria dos municípios do Nordeste precisa-

rá de auxílio do Ministério da Educação.

Trabalhando com a expectativa de aprovação final da emenda em junho, Paulo Renato pedirá ao presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP), que apresse a votação do projeto de lei regulamentando o fundo, até mesmo durante a possível convocação extraordinária da Casa em julho.

“Quero ver se tudo fica concluído até julho, porque os prefeitos precisam preparar seus orçamentos incluindo a expectativa de arrecadação do fundo”, explicou.

**P**AULO  
RENATO VAI  
PEDIR AJUDA A  
SARNEY